

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas em 31 de dezembro de 2025
e 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores de Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Paranaguá – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cattalini Terminais Marítimos S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cattalini Terminais Marítimos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita com clientes

Veja a Nota 3 (c) e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia presta serviços de armazenagem a seus clientes, reconhecendo a receita ao longo do período de prestação do serviço, à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, conforme estabelecido em sua política contábil e de acordo com o CPC 47 – <i>Receita de Contrato com Cliente</i>.</p> <p>O reconhecimento de receita foi considerado um Principal Assunto de Auditoria em razão de sua relevância em relação às demonstrações financeiras, bem como do julgamento envolvido na aplicação do modelo de reconhecimento ao longo do tempo, particularmente no que se refere:</p> <ul style="list-style-type: none">à identificação das obrigações de desempenho nos contratos de armazenagem;à determinação do período de prestação dos serviços;à mensuração da receita reconhecida em cada período; <p>ao risco de reconhecimento inadequado de receita, incluindo aspectos das receitas reconhecidas em períodos próximos à data-base das demonstrações financeiras.</p> <p>Esses fatores demandaram atenção significativa de nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento da receita de serviços de armazenagem, considerando os requerimentos do CPC 47 – <i>Receita de Contrato com Cliente</i>.</p> <p>Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento da receita, incluindo controles sobre contratos, faturamento, apuração e contabilização;</p> <p>Analisamos, em base amostral, contratos de prestação de serviços de armazenagem, com foco na identificação das obrigações de desempenho, termos comerciais, período contratual e critérios de cobrança;</p> <p>Avaliamos o reconhecimento da receita ao longo do tempo, verificando se a metodologia aplicada é consistente com a natureza dos serviços prestados e com os termos contratuais;</p> <p>Executamos procedimentos de análise de receitas reconhecidas em períodos próximos à data-base das demonstrações financeiras;</p> <p>Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas relacionadas à receita, incluindo políticas contábeis e julgamentos relevantes.</p> <p>Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, identificamos ajuste de auditoria, indicando a necessidade de estorno de receita reconhecida, sendo este ajuste não registrado pela administração, tendo em vista a imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para contingências

Veja a Nota 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas diversas, para os quais a Administração realiza julgamentos significativos na avaliação da probabilidade de perda e na mensuração das provisões para contingências, bem como na determinação das divulgações aplicáveis, em conformidade com o CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Este assunto foi considerado um Principal Assunto de Auditoria em razão da materialidade potencial dos valores envolvidos, do alto grau de subjetividade inerente às estimativas e julgamentos utilizados pela Administração, e da dependência de avaliações legais quanto ao desfecho esperado das discussões judiciais.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes, considerando os requerimentos do CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*;
- Realizamos procedimentos de confirmações junto aos assessores jurídicos internos e externos, solicitando confirmações sobre a natureza das demandas, valores envolvidos, estágio processual e avaliação da probabilidade de perda;
- Avaliamos as premissas e julgamentos utilizados pela Administração na classificação das contingências quanto à probabilidade de perda, considerando as respostas dos assessores jurídicos;
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas relativas às provisões, passivos contingentes e principais discussões judiciais.

Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são razoáveis os montantes reconhecidos como provisão para contingências, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 13 de março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

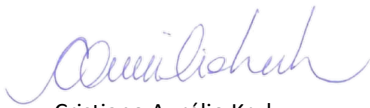
Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 17 de Março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.607	82.952	115.257	85.010
Contas a receber de clientes	5	34.422	34.341	34.422	34.341
Estoques		3.148	2.756	3.148	2.756
Impostos a recuperar	6	22.471	3.790	22.626	3.908
Outras contas a receber		3.566	5.678	5.053	6.160
		<u>178.214</u>	<u>129.517</u>	<u>180.506</u>	<u>132.175</u>
Não circulante					
Depósitos judiciais		5.201	5.117	5.201	5.117
Investimentos	8	23.752	23.709	458	419
Imobilizado	9	1.069.392	808.217	1.090.960	829.788
Intangível		12.746	5.456	12.746	5.456
		<u>1.111.091</u>	<u>842.499</u>	<u>1.109.365</u>	<u>840.780</u>
		<u>1.289.305</u>	<u>972.016</u>	<u>1.289.871</u>	<u>972.955</u>

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	40.197	15.725	40.202	15.725
Empréstimos e financiamentos	11	243.814	78.900	243.814	78.900
Impostos e contribuições a recolher	12	13.663	11.422	13.663	11.425
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	14.988	14.521	14.993	14.525
Dividendos a Pagar	17.e	155.894	-	155.894	-
Outras contas a pagar	14	<u>1.046</u>	<u>1.046</u>	<u>1.584</u>	<u>1.967</u>
		<u>469.602</u>	<u>121.614</u>	<u>470.150</u>	<u>122.542</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	580.176	575.315	580.176	575.315
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	29.471	5.418	29.471	5.418
Outras contas a pagar	14	34.941	28.370	34.941	28.370
Provisão para contingências	16	<u>1.233</u>	<u>7.198</u>	<u>1.233</u>	<u>7.198</u>
		<u>645.821</u>	<u>616.301</u>	<u>645.821</u>	<u>616.301</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	53.701	53.701	53.701	53.701
Reserva de capital	17.b	109.441	109.441	109.441	109.441
Reservas de lucros	17.c 17.d	<u>10.740</u>	<u>70.959</u>	<u>10.740</u>	<u>70.959</u>
Atribuível aos acionistas controladores		173.882	234.101	173.882	234.101
Participação de acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>11</u>
		<u>173.882</u>	<u>234.101</u>	<u>173.900</u>	<u>234.112</u>
		<u>1.289.305</u>	<u>972.016</u>	<u>1.289.871</u>	<u>972.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de serviços	18	612.716	549.464	612.716	549.464
Custo dos serviços prestados	19	<u>(155.071)</u>	<u>(140.576)</u>	<u>(155.163)</u>	<u>(140.654)</u>
Lucro bruto		457.645	408.888	457.553	408.810
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais	19	(46.857)	(59.701)	(46.963)	(59.809)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>84</u>	<u>202</u>	<u>84</u>	<u>195</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>410.872</u>	<u>349.389</u>	<u>410.674</u>	<u>349.196</u>
Receitas financeiras	20	14.538	12.387	14.661	12.535
Despesas financeiras	20	<u>(31.176)</u>	<u>(50.512)</u>	<u>(31.179)</u>	<u>(50.515)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(16.638)</u>	<u>(38.125)</u>	<u>(16.518)</u>	<u>(37.980)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	8	<u>(67)</u>	<u>(38)</u>	<u>38</u>	<u>29</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		394.167	311.226	394.194	311.245
Imposto de renda e contribuição social - corrente	7	(110.039)	(103.462)	(110.059)	(103.488)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7	<u>(24.053)</u>	<u>(2.347)</u>	<u>(24.053)</u>	<u>(2.347)</u>
Resultado do exercício		<u>260.075</u>	<u>205.417</u>	<u>260.082</u>	<u>205.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício	260.075	205.417	260.082	205.410
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>260.075</u>	<u>205.417</u>	<u>260.082</u>	<u>205.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores								
Nota	17.a Capital social	17.b Reserva de capital	17.c Reserva legal	Reservas de lucros		Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	53.701	109.441	10.740	19.202	-	193.084	18	193.102
Dividendos distribuídos no exercício	17.e	-	-	(164.400)	-	(164.400)	-	(164.400)
Resultado do exercício		-	-	-	205.417	205.417	(7)	205.410
Destinações:								
Retenção de lucros no exercício		-	-	205.417	(205.417)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	53.701	109.441	10.740	60.219	-	234.101	11	234.112
Dividendos distribuídos no exercício	17.e	-	-	(60.219)	-	(60.219)	-	(60.219)
Resultado do exercício		-	-	-	260.075	260.075	7	260.082
Destinações:								
Retenção de lucros no exercício		-	-	260.075	(260.075)	-	-	-
Dividendos sobre o Lucro do Exercício	17.e	-	-	(260.075)	-	(260.075)	-	(260.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	53.701	109.441	10.740	-	-	173.882	18	173.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		260.075	205.417	260.082	205.410
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa:					
Imposto de renda e contribuição social do exercício	7	110.039	103.462	110.059	103.488
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	24.053	2.347	24.053	2.347
Reversões de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	(344)	-	(344)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	67	38	(39)	(29)
Depreciação	9	38.056	37.867	38.059	37.870
Amortização		4.015	2.746	4.015	2.746
Resultado na baixa de ativo permanente		120	317	120	317
Instrumentos financeiros derivativos		-	881	-	881
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	11	30.782	45.015	30.782	45.015
Reversão (constituição) provisão para contingências	16	(5.965)	6.028	(5.965)	6.028
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	5	(81)	686	(81)	686
Estoques		(392)	(561)	(392)	(561)
Impostos a recuperar	6	(18.681)	(2.294)	(18.718)	(2.294)
Depósitos judiciais		(84)	(1.778)	(84)	(1.778)
Outras contas a receber		2.112	(2.701)	1.109	(2.129)
Fornecedores	10	24.472	3.149	24.475	3.149
Impostos e contribuições pagos		(107.835)	(106.778)	(107.858)	(106.801)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	467	1.897	468	1.897
Outras contas a pagar	14	6.952	4.445	6.470	4.040
Juros pagos	11	(88.790)	(57.382)	(88.790)	(57.382)
Fluxos de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		279.037	242.801	277.519	242.900
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	8	(110)	(150)	-	-
Aquisição de imobilizados	9	(233.916)	(279.788)	(233.916)	(279.789)
Aquisição de intangível		(11.304)	(7.852)	(11.304)	(7.852)
Fluxos de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(245.330)	(287.790)	(245.220)	(287.641)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	11	240.000	885.885	240.000	885.885
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	11	(77.652)	(613.063)	(77.652)	(613.063)
Resultado do Swap	11	-	9.476	-	9.476
Distribuição de dividendos	17.e	(164.400)	(164.400)	(164.400)	(164.400)
Fluxos de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(2.052)	117.898	(2.052)	117.898
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		31.655	72.909	30.247	73.157
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	82.952	10.043	85.010	11.853
No fim do exercício	4	114.607	82.952	115.257	85.010
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		31.655	72.909	30.247	73.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cattalini Terminais Marítimos S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Coronel Santa Rita, nº 2677, Bairro Rocio, em Paranaguá - Paraná, foi constituída em 1º de julho de 1981, sob a forma de sociedade limitada. Em 2 de janeiro de 2012, foi transformada em sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem como objeto social armazenar e operar por conta própria na área de terminalização, bombeamento e tancagem de granéis líquidos em terminal marítimo, bem como locação de tanques, dutos e tubulações interligados ao píer de embarque e desembarque de granéis líquidos.

A Companhia possui investimentos nas controladas Melpport Terminais Marítimos Ltda. e Sul Trading Ltda. Adicionalmente, a Companhia possui uma participação na coligada CPL - Central Paranaense de Logística S.A., a qual não é consolidada.

1.1 Esclarecimentos sobre notícias veiculadas envolvendo a Cattalini Terminais Marítimos S.A.

Em 28 de agosto de 2025, quando da deflagração da Operação Carbono Oculto (“Operação”), foi cumprido mandado de busca e apreensão de documentos na sede da Cattalini Terminais Marítimos S.A. (“Cattalini” ou “Companhia”) para fins de levantamento dos relatórios de movimentação de empresas compradoras de metanol de uma das clientes da Companhia – material este prontamente disponibilizado às autoridades competentes por meio de cópia eletrônica de arquivos.

Desde o primeiro momento, a Cattalini colocou-se à disposição para colaborar integralmente com as autoridades, apresentando de forma transparente o funcionamento de suas operações e os limites de sua atuação como prestadora de serviços de movimentação e armazenagem portuários.

A Cattalini reforça que nem a Companhia nem seus sócios ou administradores foram incluídos em listas de quebra de sigilos bancário e fiscal, tampouco de sequestro de bens móveis, imóveis e bloqueio de valores no âmbito da Operação, tampouco foram objeto de quaisquer acusações formais neste sentido. Até o momento, não existem inquéritos, ações judiciais, processos administrativos ou medidas de natureza fiscal e patrimonial instaurados contra a Cattalini, seus sócios ou administradores.

A Cattalini reafirma o seu compromisso com os mais elevados padrões de ética, legalidade e transparência, em todas as suas operações, e continuará a monitorar quaisquer desdobramentos das investigações em curso e a fornecer ao mercado as atualizações devidas, quando necessário, em respeito à confiança dos seus investidores e demais stakeholders.

1.2 Reforma Tributária

A Reforma Tributária, consolidada pela Lei complementar 214/2025, unificou impostos sobre o consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS) em um modelo de IVA Dual (CBS e IBS), focando em simplificação, transparência e princípio de destino.

A partir de janeiro de 2026 iniciou a implementação do período de testes, com alíquota conjunta de 1% (0,9% CBS e 0,1% IBS) para validar sistemas, sem aumentar a carga tributária final, uma fase considerada como educativa, com dispensa de penalidades iniciais e foco em adaptação operacional.

A transição efetiva tem vigência prevista para início a partir de 2027, com a substituição do PIS e da COFINS pela CBS e um período escalonado de transição para a substituição do ICMS e ISS pela IBS, com início a partir de 2029 e implementação plena até 2033.

A Companhia preparou durante o ano 2025 toda adaptação operacional e desde 01 de janeiro de 2026 vem destacando a CBS e IBS em seus documentos fiscais, nesse período de testes.

A Companhia também está avaliando o impacto para todas as áreas de negócios e construindo um cronograma para preparar os profissionais de cada área da cooperativa para enfrentar esse assunto de forma estratégica junto a fornecedores, clientes, partes relacionadas e demais públicos internos e externos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 8: equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6 – Impostos a recuperar:** Mensuração dos valores de impostos a recuperar, disponíveis para a compensação e para negociação a mercado;
- **Nota explicativa 9 – Imobilizado:** determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 16 – Provisão para contingências:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2025	2024
Melpport Terminais Marítimos Ltda.	Direto	99,99%	99,99%
Sul Trading Ltda.	Direto	99,00%	99,00%

(ii) *Participação de acionistas não-controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) *Perda de controle*

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada.

Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possui uma entidade coligada, denominada CPL - Central Paranaense de Logística S.A., cuja participação é de 25%.

(v) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receita de prestação de serviços*

A Companhia está envolvida na realização de serviços de armazenagem, bombeamento e tancagem de graneis líquidos em terminal marítimo, bem como locação de tanques, dutos e tubulações interligados ao píer de embarque e desembarque de graneis líquidos. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço. A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. As receitas são reconhecidas em valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da prestação de serviços aos clientes.

d. *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas controladas não fornecem benefícios de longo prazo a seus empregados.

e. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Rendimentos com aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

f. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os exercícios de 2025 e 2024 são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações operacionais	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas desreconhecem também um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não celebraram contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

i. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

j. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com os contratos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 21).

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. Normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 52 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	113	173	114	178
Aplicações financeiras	114.494	82.779	115.143	84.832
	114.607	82.952	115.257	85.010

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, no mínimo 101% em 2025 (100,6% em 2024). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

Não existem saldos de caixa e equivalentes atrelados como garantia em operações da Companhia, tampouco saldos com restrições de uso.

5 Contas a receber de clientes (controladora e consolidado)

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Clientes nacionais	11.681	18.214
Clientes externos	22.958	16.688
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(217)	(561)
	34.422	34.341

O prazo médio de realização de recebíveis é de aproximadamente 15 dias em 2025 (15 dias em 2024). A composição das contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	30.411	27.772
Vencidos até 30 dias	3.125	5.212
Vencidos de 31 a 60 dias	886	1.218
Vencidos de 61 a 120 dias	-	139
Vencidos a mais de 121 dias	217	561
	34.639	34.902

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

Saldo 31 de dezembro de 2023	(561)
Reversão da provisão	-
Saldo 31 de dezembro de 2024	(561)
Reversão da provisão	344
Saldo 31 de dezembro de 2025	(217)

Em 2025 a Administração da Cattalini decidiu por realizar parte do valor provisionado em PCLD, baixando o montante de R\$ 344 do total provisionado que era de R\$ 561 em 2024 passando para R\$ 217 em 2025. Para o saldo remanescente, a companhia vem tomando as ações necessárias para recuperar os créditos junto ao cliente e por este motivo, não realizou a baixa da provisão, sendo o mesmo um saldo suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

6 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS e COFINS	22.152	3.471	22.152	3.471
IRPJ e CSLL	-	-	155	118
INSS	35	35	35	35
ISS	284	284	284	284
	22.471	3.790	22.626	3.908

7 Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado)

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (controladora e consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial individual e consolidado, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	1.233	7.198
Provisão para PCLD	217	561
	1.450	7.759
Passivo não circulante		
Juros capitalizados	(88.129)	(23.695)
	(88.129)	(23.695)
Base de cálculo	(86.679)	(15.936)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	(29.471)	(5.418)

(ii) Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	394.167	311.226	394.194	311.245
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	134.017	105.817	134.026	105.824
Adições e exclusões permanentes e outros				
Resultado de equivalência patrimonial	23	13	(13)	(10)
Diferença de alíquota	(24)	(24)	(19)	(24)
Adições permanentes	76	27	76	27
Adições e exclusões temporários e outros				
Swap	-	300	-	300
Amortização juros CT-4 A e B	340	314	340	314
Juros CT-4c	(22.248)	(5.034)	(22.248)	(5.034)
Contingências	(2.028)	2.049	(2.028)	2.049
Reversão do PCLD	(117)	-	(117)	-
Diferido Prej. fiscal- Controladas não registrado	-	-	42	51
Outros	-	-	-	(9)
	110.039	103.462	110.059	103.488
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(110.039)	(103.462)	(110.059)	(103.488)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(24.053)	(2.347)	(24.053)	(2.347)
Alíquota efetiva	34,02%	33,24%	34,02%	33,25%

8 Investimentos

(i) Composição dos saldos da controladora

	2025	2024
Investimentos em controladas e coligadas (equivalência patrimonial)		
Melpport Terminais Marítimos Ltda.	741	747
Sul Trading Ltda.	1.762	1.752
CPL - Central Paranaense de Logística S.A.	458	419
Mais valia da Melpport Terminais Marítimos Ltda. (a)	20.791	20.791
	23.752	23.709

- (a) Valor referente a mais valia de terreno da Melpport (controlada da Cattalini). O valor recuperável estimado do terreno foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. Essa análise sustenta a recuperação do ágio em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Composição dos saldos do consolidado

	2025	2024
Investimentos em coligadas		
CPL - Central Paranaense de Logística S.A.	458	419
	458	419

(iii) Informações das controladas e coligadas

	Melpport Terminais Marítimos Ltda.	
	2025	2024
Ativos circulantes	15	19
Ativos não circulantes	729	733
Passivos circulantes	3	5
Custos do exercício	(92)	(77)
Despesas do exercício	(24)	(72)
Prejuízo da investida no exercício	(116)	(149)
Capital social	1.600	1.600
Quantidade de quotas possuídas	1.600	1.600
Patrimônio líquido	741	747
Participação no capital social no final do exercício	99,99%	99,99%
Participação no patrimônio líquido	741	747
	Sul Trading Ltda.	
	2025	2024
Ativos circulantes	2.276	2.649
Ativos não circulantes	47	47
Passivos circulantes	543	926
Receitas financeiras do exercício	122	147
Despesas do exercício	(112)	(65)
Prejuízo (lucro) da investida no exercício	(10)	(82)
Capital social	1.000	1.000
Quantidade de quotas possuídas	990	990
Patrimônio líquido	1.780	1.770
Participação no capital social no final do exercício	99%	99%
Participação no patrimônio líquido	1.762	1.752

	CPL - Central Paranaense de Logística S.A.	
	2025	2024
Ativos circulantes	1.807	1.661
Ativos não circulantes	30	19
Passivos circulantes	5	3
Receitas do exercício	221	175
Despesas do exercício	(66)	(68)
Lucro da investida no exercício	155	107
Capital social	7.100	7.100
Quantidade de quotas possuídas	1.775	1.775
Patrimônio líquido	1.832	1.677
Participação no capital social no final do exercício	25%	25%
Participação no patrimônio líquido	458	419

(iv) Movimentação dos investimentos no exercício

	Melport	Sul Trading	CPL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>21.537</u>	<u>1.670</u>	<u>390</u>	<u>23.597</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	150	-	-	150
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(149)</u>	<u>82</u>	<u>29</u>	<u>(38)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>21.538</u>	<u>1.752</u>	<u>419</u>	<u>23.709</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	110	-	-	110
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(116)</u>	<u>10</u>	<u>39</u>	<u>(67)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>21.532</u>	<u>1.762</u>	<u>458</u>	<u>23.752</u>

9 Imobilizado

(i) Composição do saldo (controladora)

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	2.009	(1.390)	618	710
Instalações operacionais	501.920	(193.181)	308.739	281.716
Máquinas e equipamentos	119.218	(53.823)	65.395	58.953
Móveis e utensílios	8.470	(4.376)	4.095	3.938
Veículos	575	(300)	275	20
Terrenos	209.770	-	209.770	196.320
Imobilizações em andamento (i)	219.047	-	219.047	10.149
Computadores e periféricos	289	(11)	278	-
	<u>1.061.298</u>	<u>(253.081)</u>	<u>808.217</u>	<u>551.806</u>

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	2.009	(1.479)	530	618
Instalações operacionais	542.018	(218.298)	323.720	308.739
Máquinas e equipamentos	139.840	(64.971)	74.869	65.395
Móveis e utensílios	8.696	(4.959)	3.737	4.095
Veículos	4.406	(993)	3.413	275
Terrenos	209.770	-	209.770	209.770
Imobilizações em andamento (i)	452.407	-	452.407	219.047
Computadores e periféricos	1.123	(177)	946	278
	<u>1.360.269</u>	<u>(290.877)</u>	<u>1.069.392</u>	<u>808.217</u>

(ii) Movimentação do custo (controladora)

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação em 2024</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	2.009	-	-	2.009
Instalações operacionais	447.144	54.927	(151)	501.920
Máquinas e equipamentos	103.481	15.927	(190)	119.218
Móveis e utensílios	7.676	794	-	8.470
Veículos	437	310	(172)	575
Terrenos	196.320	13.450	-	209.770
Imobilizações em andamento (i)	10.150	208.897	-	219.047
Computadores e periféricos	-	289	-	289
	<u>767.217</u>	<u>294.594</u>	<u>(513)</u>	<u>1.061.298</u>
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Movimentação em 2025</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2025</u>
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Edificações	2.009	-	-	2.009
Instalações operacionais	501.920	40.169	(71)	542.018
Máquinas e equipamentos	119.218	20.790	(169)	139.840
Móveis e utensílios	8.470	339	(114)	8.696
Veículos	575	3.857	(26)	4.406
Terrenos	209.770	-	-	209.770
Imobilizações em andamento (i)	219.047	233.361	-	452.407
Computadores e periféricos	289	835	-	1.123
	<u>1.061.298</u>	<u>299.351</u>	<u>(380)</u>	<u>1.360.269</u>

(iii) Movimentação da depreciação (controladora)

	Saldo em 31/12/2023	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	1.299	91	-	1.390
Instalações operacionais	165.428	27.756	(3)	193.181
Máquinas e equipamentos	44.528	9.316	(21)	53.823
Móveis e utensílios	3.738	638	-	4.376
Veículos	417	55	(172)	300
Computadores e periféricos	-	11	-	11
	<u>215.410</u>	<u>37.867</u>	<u>(196)</u>	<u>253.081</u>
	Saldo em 31/12/2024	Movimentação em 2025		Saldo em 31/12/2025
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	1.390	88	-	1.479
Instalações operacionais	193.181	25.127	(10)	218.298
Máquinas e equipamentos	53.823	11.298	(150)	64.971
Móveis e utensílios	4.376	657	(74)	4.959
Veículos	300	719	(26)	993
Computadores e periféricos	11	167	-	177
	<u>253.081</u>	<u>38.056</u>	<u>(260)</u>	<u>290.877</u>

(iv) Composição do saldo (consolidado)

	2024			2023
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	2.009	(1.390)	619	710
Instalações operacionais	501.985	(193.212)	308.773	281.752
Máquinas e equipamentos	119.218	(53.823)	65.395	58.953
Móveis e utensílios	8.471	(4.377)	4.095	3.938
Veículos	575	(300)	275	20
Terrenos	231.307	-	231.307	217.857
Imobilizações em andamento (i)	219.047	-	219.047	10.150
Computadores e periféricos	289	(11)	278	-
	<u>1.082.901</u>	<u>(253.113)</u>	<u>829.788</u>	<u>573.380</u>
	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	2.009	(1.478)	531	619
Instalações operacionais	542.084	(218.334)	323.750	308.773
Máquinas e equipamentos	139.840	(64.971)	74.869	65.395
Móveis e utensílios	8.696	(4.959)	3.737	4.094
Veículos	4.406	(993)	3.413	275
Terrenos	231.307	-	231.307	231.307
Imobilizações em andamento (i)	452.407	-	452.407	219.047
Computadores e periféricos	1.123	(177)	946	278
	<u>1.381.872</u>	<u>(290.912)</u>	<u>1.090.960</u>	<u>829.788</u>

(v) Movimentação do custo (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2024			Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Baixas	31/12/2024
	Custo	Adições	Baixas	Baixas	Custo
Edificações	2.009	-	-	-	2.009
Instalações operacionais	447.209	54.927	(151)	-	501.985
Máquinas e equipamentos	103.481	15.927	(190)	-	119.218
Móveis e utensílios	7.676	795	-	-	8.471
Veículos	437	310	(172)	-	575
Terrenos	217.857	13.450	-	-	231.307
Imobilizações em andamento (i)	10.150	208.897	-	-	219.047
Computadores e periféricos	-	289	-	-	289
	788.819	294.595	(513)	(513)	1.082.901

	Saldo em	Movimentação em 2025			Saldo em
	31/12/2024	Adições	Baixas	Baixas	31/12/2025
	Custo	Adições	Baixas	Baixas	Custo
Edificações	2.009	-	-	-	2.009
Instalações operacionais	501.985	40.169	(71)	-	542.063
Máquinas e equipamentos	119.218	20.790	(169)	-	139.840
Móveis e utensílios	8.471	339	(114)	-	8.696
Veículos	575	3.857	(26)	-	1.683
Terrenos	231.307	-	-	-	231.307
Imobilizações em andamento (i) (ii)	219.047	233.361	-	-	465.965
Computadores e periféricos	289	835	-	-	1.124
	1.082.901	299.351	(380)	(380)	1.381.872

- (i) Obra realizada para a expansão do Centro de Tancagem 4, com a implementação da área C. Com o objetivo de aumentar a capacidade de armazenagem em 192 mil metros cúbicos. A construção, prevista para terminar em março de 2026, demandará um investimento de R\$ 422.000. Em 2025 a Companhia capitalizou os juros incorridos, no montante de R\$ 65.435 (R\$ 14.806 em 2024), referente aos valores de debêntures captadas, os quais são diretamente atribuíveis à aquisição e construção do ativo imobilizado.
- (ii) Em outubro de 2025 iniciou a obra de um novo Terminal de Aquecido denominado como Centro de Tancagem 5, com o objetivo de aumentar a capacidade de armazenagem em 58 mil metros cúbicos. A construção, prevista para terminar em junho de 2027, demandará um investimento de R\$ 248.000.

(vi) Movimentação da depreciação (consolidado)

	Saldo em	Movimentação em 2024			Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas	Baixas	31/12/2024
	Depreciação	Adições	Baixas	Baixas	Depreciação
Edificações	1.299	91	-	-	1.390
Instalações operacionais	165.457	27.758	(3)	-	193.212
Máquinas e equipamentos	44.528	9.316	(21)	-	53.823
Móveis e utensílios	3.738	639	-	-	4.377
Veículos	417	55	(172)	-	300
Computadores e periféricos	-	11	-	-	11
	215.439	37.870	(196)	(196)	253.113

	Saldo em 31/12/2024	Movimentação em 2025		Saldo em 31/12/2025
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações	1.390	88	-	1.478
Instalações operacionais	193.212	24.247	(10)	217.449
Máquinas e equipamentos	53.823	11.297	(150)	64.970
Móveis e utensílios	4.377	657	(74)	4.960
Veículos	300	718	(26)	992
Computadores e periféricos	11	166	-	177
	253.113	37.173	(260)	290.026

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Garantias

Existem bens dados em garantias, em operações de Finame e debêntures, cuja garantia para tais operações são os próprios bens.

10 Fornecedores

O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 30 dias em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo a composição de saldo pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de serviços	30.252	7.439	30.257	7.439
Fornecedores materiais e produtos	9.197	6.991	9.197	6.991
Outros	748	1.295	748	1.295
	40.197	15.725	40.202	15.725

11 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Em moeda nacional	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Finame (Banco Santander)	6% a.a	6% a.a.	-	7	-	-	-	7
NCE (Banco Santander)	1,4% a.a.+CDI	1,4% a.a.+CDI	-	11.170	-	-	-	11.170
CCE (Banco Bradesco)	2,1% a.a.+CDI	2,1% a.a.+CDI	17.631	17.541	28.750	43.125	46.381	60.666
CCB (Banco Itaú)	2,35% a.a.+CDI	2,35% a.a.+CDI	-	9.742	-	-	-	9.742
NCE (Banco Bradesco)	1,95% a.a.+CDI	1,95% a.a.+CDI	3.752	5.005	-	3.750	3.752	8.755
NCE (Banco Itaú)	1,95% a.a.+CDI	1,95% a.a.+CDI	6.321	6.344	-	6.300	6.321	12.644
NCE (Banco Santander)	1,94% a.a.+CDI	1,94% a.a.+CDI	6.018	6.006	8.500	14.500	14.518	20.506
CCB (Banco Bocom)	1,5% a.a.+CDI	1,5% a.a.+CDI	23.352	23.085	47.833	70.833	71.185	93.918
CCB (Banco Bocom)	0,80% a.a.+CDI	-	26.152	-	97.917	-	124.068	-
CCB (Banco Bocom)	0,65% a.a.+CDI	-	115.601	-	-	-	115.601	-
Debêntures (Banco Santander)	1,6% a.a.+CDI	1,6% a.a. +CDI	44.987	-	397.176	436.807	442.164	436.807
			243.814	78.900	580.176	575.315	823.990	654.215

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	369.478
Captações	885.885
Encargos financeiros	45.015
Juros Imobilizados	14.806
Resultado Swap	9.476
Amortização - principal	(613.063)
Amortização - juros e variações	(57.382)
Saldo em 31 dezembro 2024	<u>654.215</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2025	654.215
Captações	240.000
Encargos financeiros	30.782
Juros Imobilizados	65.435
Amortização - principal	(77.652)
Amortização - juros e variações	(88.790)
Saldo em 31 dezembro 2025	<u>823.990</u>

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“covenants”) relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros. Os covenants financeiros representam o cumprimento do índice de 3,0 da dívida líquida sobre o Ebitda da Companhia, para o empréstimo com o Banco Santander (Brasil) S.A e Banco Bradesco S.A. e com o Banco Bocom S.A os covenants financeiros representam o cumprimento do índice de 3,25 da dívida líquida sobre o Ebitda e 2,5 do Ebitda sobre as despesas financeiras da Companhia.

Em 2024 a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures junto a instituição financeira Banco Santander (Brasil) S.A., sendo o Agente Fiduciário a empresa VÓRTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, sendo o prazo da debentures de 10 anos, com dois anos de carência, com covenants financeiros que representam o cumprimento do índice de 3,25 do Ebitda sobre as despesas financeiras da Companhia.

O eventual não atingimento destes (Covenants) implica na possibilidade da exigência da liquidação antecipada pela respectiva contraparte. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia esteve em conformidade com todas as exigências e cláusulas contratuais financeiras (Covenants).

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nas operações de NCE (Nota de Crédito de Exportação) as garantias são somente o aval dos acionistas. Na operação de empréstimo com o Banco Bradesco S.A. na modalidade CCE foi dado como garantia a matrícula 52.946 (CT-1).

Na emissão das debêntures realizada com a instituição financeira Banco Santander (Brasil) S.A., sendo o agente fiduciário a empresa VÓRTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, foram realizados alienação fiduciária de alguns imóveis, de titularidade da Companhia sendo as matrículas (a) 66.479; (b) 60.269; (c) 60.140; (d) 62.241; (e.1) 65.556; (e.2) 710; (f.1) 11.645; (f.2) 19.623; (f.3)33.079; (f.4) 55.507; (f.5) 53.006; (f.6) 56.997; (f.7) 8.392; (f.8) 20.018; (f.9) 1.030; e (f.10) 53.765, todas do Serviço de Registro de Imóveis da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná e com todas as suas acessões, construções, benfeitorias e instalações presentes nos termos da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514” e “Alienação Fiduciária de Imóveis”, respectivamente), nos termos do “Instrumento Público de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia” celebrado entre a Emissora e o agente fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis”).

Em 2023 foram realizados 3 (três) empréstimos bancários, sendo o primeiro com o Banco Santander (Brasil) S.A na modalidade NCE o qual foi realizado com garantia de aval dos acionistas da Companhia. O segundo com o Banco Bocom S.A na modalidade CCB (Cédula de Crédito Bancário) o qual foi realizado com garantia de aval dos acionistas da Companhia e o terceiro com o Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade NCE o qual foi realizado sem garantia e sem a necessidade de aval dos acionistas da Companhia.

12 Impostos e contribuições a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	3.379	2.980	3.379	2.980
PIS e COFINS	3.230	3.591	3.230	3.591
IRPJ e CSLL	6,142	4.003	6.142	4.006
Outros	912	848	912	848
	13.663	11.422	13.663	11.425

13 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	1.175	1.141	1.176	1.142
Encargos sociais	1.509	2.116	1.510	2.117
Provisão de férias	5.575	5.076	5.578	5.078
Gratificações a empregados	6.511	5.950	6.511	5.950
Outros	218	238	218	238
	14.988	14.521	14.993	14.525

14 Outras contas a pagar (controladora e consolidado)

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	1.046	1.046	2.039	1.967
Adiantamentos recebidos de clientes ICMS (*)	34.941	28.370	34.941	28.370
	35.987	29.416	36.980	30.337

(*) Valores relacionados ao recebimento de diferencial de alíquota de ICMS de clientes dentro do armazém geral da Companhia. A realização dos saldos depende da retirada total da mercadoria dos clientes, credores de ICMS, usualmente entre 12 a 24 meses.

15 Partes relacionadas (controladora e consolidado)

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$2.785 (R\$2.035 em 2024). A Companhia e suas controladas não concedem ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Operações com partes relacionadas

	2025	2024
Ativo		
Contas a receber da Sul - Plata Trading	621	207
Resultado		
Receita líquida Sul - Plata Trading (i)	28.837	32.737

(i) As receitas líquidas de impostos são provenientes de serviços de armazenagem e operações portuárias para descargas de derivados de petróleo. A Sul Plata Trading é uma empresa que pertence a um dos acionistas da Companhia.

As prestações de serviços envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado.

16 Provisão para contingências (controladora e consolidado)

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos no curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões no montante total de R\$1.233 (R\$7.198 em 2024), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. A movimentação da provisão durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	7.198	1.170
Provisão constituída	1.233	7.198
Valores baixados / revertidos	<u>(7.198)</u>	<u>(1.170)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.233</u>	<u>7.198</u>

Além das causas acima mencionadas, a Companhia e suas controladas são rés em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 441.412 (R\$398.627 em 2024). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ações de Processos Trabalhistas	-	439	-	439
Ações de Processos Cíveis	176.763	155.974	176.763	155.974
Ações de Processos Tributários	<u>264.649</u>	<u>242.214</u>	<u>264.649</u>	<u>242.214</u>
	<u>441.412</u>	<u>398.627</u>	<u>441.412</u>	<u>398.627</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é composto de 53.701.182 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas.

O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	50,00%	26.850.591	26.851
LIBERA - Participações Societárias Ltda.	16,66667%	8.950.197	8.950
SELVA - Participações Societárias Ltda.	16,66667%	8.950.197	8.950
REGBC - Cattalini Eireli	16,66667%	<u>8.950.197</u>	<u>8.950</u>
	100%	<u>53.701.182</u>	<u>53.701</u>

b. Reserva de capital

Refere-se a incorporação integral da empresa Cattalini Graneis Líquidos Ltda., em 31 de março de 2011, no montante de R\$8.801 e, ainda, da incorporação integral da empresa SRA-Par Participações Ltda. e parcial da empresa Rio Bacacheri Participações S.A., em 30 de novembro de 2014, no montante de R\$100.640. As três incorporações efetuadas pela Cattalini, totalizam o montante de R\$109.441 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. A Companhia alcançou, em exercícios anteriores, o limite estabelecido, dessa forma, não foi necessário realizar a constituição da referida reserva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

d. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia.

e. Dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia efetuou o lançamento de dividendos a pagar no total de R\$ 260.075, sendo pago em 2025 o valor de dividendos de R\$164.400 (R\$164.400 em 2024) e o saldo de R\$ 155.894 ficando em dividendos a pagar no passivo circulante. Os dividendos de 2025 foram realizados da seguinte forma:

- (a) Distribuição mensal de R\$1.200, perfazendo um total de R\$14.400;
- (b) No dia 18 de dezembro de 2025, mediante 230ª Ata de Reunião do Conselho de Administração, os acionistas da Companhia deliberaram favoravelmente à distribuição de dividendos: (i) intermediários no montante de R\$ 47.019 referentes a exercícios anteriores; (ii) intercalares no montante de R\$ 239.720 com base no balancete datado de 30 de novembro de 2025, referente ao período de 01 de janeiro de 2025 a 30 de novembro de 2025, perfazendo um montante de R\$ 286.739, sendo o valor de R\$ 150.000, pago aos acionistas em 19 de dezembro de 2025 e o saldo de R\$ 136.739, lançados como dividendos a pagar no passivo circulante.
- (c) No dia 31 de dezembro de 2025, mediante aprovação na 233ª Ata de Reunião do Conselho de Administração, os acionistas da Companhia deliberaram favoravelmente à distribuição de dividendos do resultado do dezembro de 2025 no montante de R\$ 20.355 com base no balanço de fechamento de 31 de dezembro de 2025, o qual foi lançado na conta de dividendos a pagar no passivo circulante.

18 Receita líquida de serviços (controladora e consolidado)

A receita líquida da Companhia e das suas controladas possuem a seguinte composição:

	2025	2024
Mercado interno		
Serviços prestados	432.775	400.437
Outros serviços	31.540	24.343
	464.315	424.780
Mercado externo		
Serviços prestados	187.957	183.038
Outros serviços	37.902	12.108
	225.859	195.146
Receita operacional bruta	690.174	619.926
Notas fiscais de prestação de serviços cancelados	-	(174)
Impostos incidentes sobre os serviços	(77.458)	(70.288)
	612.716	549.464

19 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais da Companhia e das suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários, encargos e benefícios	72.746	67.498	72.815	67.559
Depreciação e amortização	42.071	34.879	42.074	34.882
Despesas portuárias	11.691	12.202	11.691	12.202
Energia elétrica, água e combustível	13.021	13.001	13.022	13.002
Impostos e taxas	2.511	2.407	2.556	2.502
Outros custos operacionais	39.207	34.220	39.226	34.232
Despesas administrativas	15.751	13.865	15.812	13.879
Provisão s/contingência	(5.965)	6.028	(5.965)	6.028
Despesas com inspeções de equipamentos	3.075	3.389	3.075	3.389
Despesas com ações judiciais	4.158	9.203	4.158	9.203
Outras despesas gerais	3.662	3.585	3.662	3.585
	201.928	200.277	202.126	200.463
Reconciliação dos custos e despesas, por função:				
Custos dos serviços prestados	155.071	140.576	155.163	140.654
Despesas administrativas e gerais	46.857	59.701	46.963	59.809
	201.928	200.277	202.126	200.463

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos com aplicações financeiras	12.342	10.025	12.465	10.173
Variações cambiais ativas	2.081	1.986	2.081	1.986
Juros ativos	115	327	115	327
Outras receitas	-	49	-	49
	<u>14.538</u>	<u>12.387</u>	<u>14.661</u>	<u>12.535</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.782)	(45.015)	(30.810)	(45.015)
Variações cambiais passivas	(37)	(18)	(37)	(18)
Encargos s/debentures	-	(5.366)	-	(5.366)
Outras despesas	(357)	(113)	(332)	(116)
	<u>(31.176)</u>	<u>(50.512)</u>	<u>(31.179)</u>	<u>(50.515)</u>
Resultado Financeiro	<u>(16.638)</u>	<u>(38.125)</u>	<u>(16.518)</u>	<u>(37.980)</u>

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição ao risco de flutuação de taxas de juros em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O Conselho de Administração e os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta.

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme o quadro abaixo:

(i) Controladora

	Nota	2025			2024
		Mensurados ao custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	4	113	-	113	173
Aplicações financeiras	4	114.493	-	114.493	82.779
Contas a receber de clientes	5	34.422	-	34.422	34.341
Outras contas a receber	-	3.566	-	3.566	5.678
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	10	40.197	-	40.197	15.725
Empréstimos e financiamentos	11	823.990	-	823.990	654.215
Dividendos a Pagar	-	155.894	-	155.894	-
Outras contas a pagar	14	35.986	-	35.986	29.416

(ii) Consolidado

	Nota	2025			2024
		Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	4	113	-	113	178
Aplicações financeiras	4	115.144	-	115.144	84.832
Contas a receber de clientes	5	34.422	-	34.422	34.341
Outras contas a receber	-	5.051	-	5.051	6.169
Passivos					
Fornecedores	10	40.200	-	40.200	15.725
Empréstimos e financiamentos	11	243.814	-	243.814	654.215
Dividendos a Pagar	-	155.894	-	155.894	-
Outras contas a pagar	14	1.046	-	1.046	30.338

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha em suas demonstrações financeiras individuais no caixa e equivalentes R\$ 114.607 em 2025 (R\$ 82.952 em 2024) e nas demonstrações financeiras consolidadas R\$ 115.257 (R\$ 85.010 em 2024), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido da provisão estimada para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado
- Risco cambial
- Risco das taxas de juros

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco em que as oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia e suas controladas, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

O objetivo do gerenciamento de risco cambial é gerenciar e controlar as exposições a riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração da situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas	Dólar	3,0963	4.6443	5,5024	6,8780	8,2536
Contas a receber	Dólar	3.127	4.691	6.255	7.819	9.383
Ganho (perda)		(3.128)	(1.564)	-	1.564	3.128

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo, sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a situação financeira da Companhia mediante o incremento nas taxas de juros, sobre a parcela de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o ganho/perda é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras sujeitas a taxas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário Provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas do indexador	CDI/Selic	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	8.636	12.954	17.272	21.590	25.908
Empréstimos	CDI/Selic	(61.800)	(92.699)	(123.599)	(154.499)	(185.399)
Perda		(53.164)	(79.745)	(106.327)	(132.909)	(159.491)

22 Cobertura dos seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

(i) Seguro de operador portuário

- Cobertura de responsabilidade civil, tendo como limite máximo de indenização US\$ 110.000.000, a qual abrange todas as mercadorias de terceiros armazenadas e movimentadas de embarque e desembarque em qualquer modal (marítimo, rodoviário e ferroviário), com sublimite de US\$ 70.000.000;
- Cobertura da Danos Morais, tendo como sublimite máximo de indenização US\$ 1.000.000;
- Cobertura de Risco Civil do Empregador, a qual abrange qualquer tipo de acidente na execução das operações, tendo como sublimite máximo de indenização US\$ 1.000.000;
- Cobertura de danos físicos dos bens móveis e imóveis, a qual abrange todas as instalações dos Terminais e suas Ampliações, Píer e suas filiais, sendo o valor total do ativo de US\$ 295.339.407,35 e o valor máximo em risco por evento inferior a US\$ 56.000.000;
- Cobertura sobre perda de receita e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, consequente de paralisação total ou parcial das atividades pelo período de 90 dias com limite máximo de indenização de US\$ 25.000.000;
- Cobertura de garantia acessória de danos elétricos, com sublimite de US\$ 670.000;
- Cobertura de garantia acessória sobre explosão de caldeira, com sublimite de US\$ 1.250.000; e
- Cobertura de garantia acessória de quebra de máquinas, com sublimite de US\$ 2.100.000,00.

(ii) Seguro automóvel

Cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.

(iii) Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)

Cobertura total aos administradores, com limite máximo de R\$ 45.000.000.

(iv) Seguro aeronáutico

Coberturas de RC por danos pessoais, materiais e abaloamento.

(v) Seguro de responsabilidade civil – Obra CT4-C

Cobertura para obras civis e/ou prestação de serviços de montagem, instalação e/ou assistência técnica e manutenção, de máquinas, equipamentos e aparelhos em geral com limites máximos de garantia (LMG) de R\$ 30.000.000,00.

(vi) Seguro de risco de engenharia - Obra CT4-C

Cobertura com limite máximo de garantia de R\$ 473.049.351,51 para obras civis em construção e instalação e montagem de equipamentos e 30 dias de testes/comissionamento, com sublimite

de R\$ 5.000.000,00 para vendaval e/ou granizo e sublimite de R\$ 5.000.000,00 para alagamento e/ou inundação; despesas extraordinárias; tumultos, greves e lockout; manutenção ampla; despesas com desentulho do local; equipamentos móveis e estacionários; obra aceitas ou colocadas em operação; danos em consequência de erro de projeto e riscos do fabricante com sublimite de R\$ 20.000.000,00; propriedades circunvizinhas; armazenagem fora do canteiro de obras ou local de risco; honorários de perito; recomposição de registro e documentos; obras concluídas; afretamento de aeronaves; equipamentos de escritório; despesas de salvamento e contenção de sinistro, obras temporárias; transporte de materiais a serem incorporados à obra; ferramentas de pequeno e médio porte.
